



Recebido:	15/11/2022
Publicado:	01/03/2023

ENQUADRAMENTOS NOTICIOSOS NO JORNAL DA RECORD E NO JORNAL NACIONAL: UM ESTUDO COMPARATIVO

Daniel Batista de Jesus da Silvaⁱ  0000-0002-4673-1744
Universidade Federal de Pelotas - UFPEL
Michele Negriniⁱⁱ  0000-0003-2999-0186
Universidade Federal de Pelotas - UFPEL

RESUMO: O Jornal da Record e o Jornal Nacional são destaques no espaço telejornalístico brasileiro. A política faz parte da pauta dos dois telejornais. E, no caso da demissão de Sérgio Moro do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Jornal da Record e o Jornal Nacional fizeram ampla cobertura ao fato. Assim, o foco deste artigo é analisar os enquadramentos construídos sobre o pedido de demissão do ex-

ministro, nas edições de 24 e 25 de abril de 2020 dos dois telejornais, estabelecendo um comparativo. Os procedimentos analíticos são norteados pelo método observacional (GIL, 2008). Ambos destacam o potencial conflitivo, mas diferem na ênfase promovida sobre a causa da demissão, o que tornou-se mais evidente utilizando o conceito de enquadramento.

PALAVRAS-CHAVE: Telejornalismo. Enquadramentos. Política.

NEWS FRAMEWORKS IN JORNAL DA RECORD AND JORNAL NACIONAL: A COMPARATIVE STUDY

Abstract: Jornal da Record and Jornal Nacional are highlights at the brazilian telejournalism. Politics is part of both telejournalism programs. And in the case of the resignation of Sergio Moro of the Ministry of Justice and Public Security, Jornal da Record and Jornal Nacional coverage the fact extensively. Thus, the aim of this article is to analyze the frames constructed about the

resignation of the former minister, in the abril 24th and 25th, 2020 of both telejournalism programs, establishing a comparative. The analytical procedures are guided by the observational method (GIL, 2008). Both highlight the conflicting potential, but differ in the emphasis promoted on the cause of dismissal, which became more evident using the framing concept.

KEYWORDS: Telejournalism. Frames. Politics.

1. **Jornal Nacional e Jornal da Record: ponderações introdutórias**ⁱⁱⁱ

Este artigo irá recorrer ao conceito de enquadramento, a partir de autores como Robert Entman (1993) e Mauro Porto (2004), para analisar os enquadramentos efetivados pelo Jornal da Record e pelo Jornal Nacional sobre a demissão de Sergio Moro do Ministério da Justiça e Segurança. Estudamos as edições dos dois telejornais que foram ao ar nos dias 24 e 25 de abril de 2020.

Com estreia em 1º de setembro de 1969, o Jornal Nacional é o principal programa jornalístico da TV Globo. É veiculado em horário nobre a partir das 20h30min, de segunda a sábado, com tempo médio de 45 minutos e apresentado com bancada, formato tradicional presente durante a história do telejornal. Foi o primeiro a ser transmitido em rede para todo o país e foi criado para competir com o Repórter Esso, da TV Tupi, conforme o site Memória Globo. Ainda segundo o site, o JN “faz a cobertura completa das principais notícias no Brasil e no mundo. [...] Pautado pela credibilidade, isenção e ética, e apresentado por William Bonner e Renata Vasconcellos, o JN é líder de audiência no horário nobre” (MEMÓRIA GLOBO, c2021a). Bonner e Renata também exercem outras funções no jornalístico, com o primeiro sendo editor-chefe e a segunda sendo editora-executiva. Segundo o Memória Globo, o jornal inovou ao inverter a ordem do noticiário seguida pela concorrente, ao veicular as notícias mais importantes, “quentes”, no início do telejornal.

Com altos índices de audiência, reportagens veiculadas pelo telejornal apresentam grande potencial de repercutirem entre diferentes públicos, e de pautar as discussões na sociedade, participando ativamente, inclusive, das narrativas adotadas por atores políticos, como demonstrado em Motta e Guazina (2011). Os autores analisaram a cobertura do telejornal no caso do Mensalão, propondo o conflito como categoria estruturante da narrativa política, de tal modo que “a cobertura jornalística retroage sobre a política, a altera, demarca e institui. Os atores passam a representar o papel que lhes é atribuído pela mídia e reagem em função da história que está sendo contada para poder interferir no seu curso.” (MOTTA; GUAZINA, 2011, p. 146-147). Piccinin (2004) reflete que o telejornal teve apoio do governo militar para que fosse transmitido em todo o Brasil, dado o objetivo da ditadura em integrar o território por meio da televisão, além do interesse ideológico. Para isso, a área recebeu investimentos tecnológicos. Ainda segundo a autora, outra marca do telejornal foi a busca em se tornar modelo do telejornalismo brasileiro, por meio do aprimoramento técnico e também da produção de um jornalismo “‘clean’, ‘asséptico’ que advoga os princípios da objetividade e imparcialidade, e

que é herança da escola americana de jornalismo” (PICCININ, 2004, p. 8). Com base em Rezende (2000, *apud* PICCININ, 2004), a autora aponta que “Grandes investimentos na produção e técnica dos programas foram a moeda de troca aos comprometimentos editoriais da Rede Globo e do telejornal, ora com a ideologia americana, ora com o governo militar” (PICCININ, 2004, p. 8). Na mesma linha, Liedtke (2006) aponta a necessidade no cuidado do uso das palavras no telejornalismo nos anos 60, durante o período da Ditadura Militar, que perdurou até meados da década de 80. Fernandes e Leme (2019) afirmam que o telejornal nasceu meses após o Ato Institucional nº 5 (AI-5) ser decretado e que o Jornal Nacional apresentava uma linha editorial submetida às restrições demandadas pela censura, “mas também estava sedimentada em uma agenda que guardava valência positiva ao regime” (FERNANDES; LEME, 2019, p. 176). Para Fernandes (2013), havia um apoio obtido e concedido ao regime militar, com o telejornal funcionando como porta-voz oficial do governo, “feito que exigisse a manutenção de uma estrutura noticiosa de tom amenizador, isenta de qualquer teor político e crítico” (FERNANDES, 2013, p. 134). O telejornal também teve atuação controversa em episódio ocorrido em 1984. De acordo com Fernandes e Leme (2019), um evento ocorrido na Praça da Sé, centro de São Paulo, em 25 de janeiro de 1984, contou com a presença de aproximadamente 300 mil pessoas, entre elas políticos, artistas, estudantes e sindicalistas, e tinha como reivindicação eleições diretas para Presidente da República. No JN, no entanto, a ênfase foi dada à comemoração dos 430 anos da cidade de São Paulo. No site Memória Globo (2021b) há um espaço destinado aos erros cometidos pela emissora, no qual este episódio é lembrado:

De fato, havia a relação entre a manifestação e o aniversário da cidade. Os organizadores haviam marcado o evento para o dia 25 de janeiro justamente para facilitar a participação popular. E, se a chamada da matéria parecia não levar em consideração a dimensão política do comício, em seguida, a reportagem de Ernesto Paglia relatou com todas as letras o seu objetivo: pedir eleições diretas para presidente da República (MEMÓRIA GLOBO, c2021b).

Pouco tempo depois, outro episódio controverso na história do jornal. O debate entre Collor e Lula, que concorriam à Presidência da República em 1989, foi editado e exibido no dia seguinte à transmissão ao vivo no Jornal Nacional. Conforme Fernandes (2013, p. 35) o JN “foi acusado de manipular a edição do debate para Presidência da República, em 15 de dezembro de 1989, feito que favorecesse o candidato Fernando Collor de Mello, quando concorria com Luiz Inácio Lula da Silva”. No Memória Globo, há um resgate do episódio e o fato é justificado da seguinte forma:

Os responsáveis pela edição do *Jornal Nacional* afirmaram, tempos depois, que usaram o mesmo critério de edição de uma partida de futebol, na qual são selecionados os melhores momentos de cada time. Segundo eles, o objetivo era que ficasse claro que Collor tinha sido o vencedor do debate, pois Lula realmente havia se saído mal (MEMÓRIA GLOBO, c2021c).

Nas eleições seguintes, de 1994 e 1998 não houve apoio ou intervenção direta, conforme Fernandes (2013). Ao invés disso, o apoio ao candidato Fernando Henrique Cardoso, em 1994, era efetuado por reportagens destacando o real e promovendo o mérito ao candidato, além da exibição de maior tempo em reportagens sobre o candidato em relação ao opositor, Lula (FERNANDES, 2013). De outro modo, quatro anos depois, Fernandes (2013, p.35) aponta que o apoio se deu a partir de uma “estrutura noticiosa governista, que realçava os problemas do Brasil, como o desemprego, a fome e as demais mazelas do país, de forma totalmente dissociada do governo federal”. Segundo a autora, a eleição de Lula, em 2002, modificou a relação entre o petista e a Rede Globo.

Em 2005, o JN também cobriu o caso do Mensalão, que envolveu integrantes do governo federal e do Poder Legislativo. Na análise realizada por Vasconcellos (2014), que buscou identificar os enquadramentos presentes em reportagens veiculadas pelo telejornal sobre o caso no período, além de como as matérias sobre o presidente Lula foram enquadradas, obteve-se que o enquadramento de responsabilização teve predominância “nas matérias sobre o “Mensalão” e, na maioria dos casos, sobre o PT, seus integrantes, aliados do governo e empresários foram apontados como tendo participação direta no caso” (VASCONCELLOS, 2014, p. 113).

Por outro lado, as reportagens sobre o presidente tinham predominância do enquadramento personalista, “no qual era enfatizada a autoridade de Lula como mandatário ou mesmo aspectos ressaltados pelo próprio presidente sobre a sua história de vida e comprometimento ético” (VASCONCELLOS, 2014, p. 113). Apesar do escândalo, Lula conseguiu a reeleição em 2006. Porém, prossegue o autor, os comportamentos do telejornal e do presidente não podem ser diretamente responsabilizados pelo afastamento de Lula do caso.

Outras fontes de informação concorreram com o JN para a interpretação do escândalo e seus responsáveis, mas sendo o principal telejornal do país, a hipótese de que tenha contribuído para o descolamento de Lula do caso deve ao menos ser melhor investigada. O resultado eleitoral de 2006, no qual Lula saiu vencedor, e o PT perdeu espaço na Câmara dos Deputados, é um dado que reforça esse descolamento. Em outras palavras, o escândalo parece ter sido muito importante para a imprensa e o campo político, com efeitos

moderados sobre o PT, e nenhum sobre Lula (VASCONCELLOS, 2014, p. 114-115).

Em junho de 2013, o país foi tomado por uma onda de protestos que mobilizaram milhares de pessoas às ruas, com pautas que iam de direitos sociais à gratuidade no transporte e tomaram várias cidades, inclusive a capital federal, Brasília. Dois deles foram realizados em 18 e 19 de junho em São Paulo, contra o aumento no valor da passagem do transporte público, que passaria de R\$ 3,00 para R\$ 3,20. Fernandes e Leme (2019), que analisaram discursivamente a cobertura feita pelo JN, afirmam que, no primeiro dia, houve um direcionamento para os atos de vandalismo e violência que foram cometidos. “As palavras mais ouvidas durante a matéria foram: confronto, bombas, polícia, trânsito parado e destaque para as ruas e avenidas fechadas” (FERNANDES; LEME, 2019, p. 185). Na reportagem sobre a segunda manifestação, as palavras que prevaleceram no dia anterior permanecem.

A reportagem traz como foco o vandalismo e o confronto entre manifestantes e a Polícia Militar. O motivo da manifestação fica em segundo plano. É possível verificar o silenciamento de falas dos organizadores da paralisação e até mesmo de pessoas que participaram do ato. As imagens predominantes na reportagem são de ônibus queimando, ruas interditadas e o confronto com a polícia. (FERNANDES; LEME, 2019, p. 186).

Em ambas as reportagens analisadas, os autores destacam a ausência de vozes dos manifestantes e a presença de imagens dos atos de vandalismo sob a narração de um repórter, de modo a reforçar o teor de vandalismo e violência que estava presente no discurso.

Nas eleições de 2018, as reportagens sobre os dois candidatos que lideravam as pesquisas de intenções de votos, Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT), tiveram maior presença no telejornal com características episódicas e descritivas, conforme análise efetuada por Porto, Neves e Lima (2020, p. 20), que também analisou os conteúdos produzidos pelo Jornal da Record. “A cobertura se concentrou na agenda dos candidatos, no episódio da facada e nos resultados das pesquisas. Os dois principais telejornais do país pouco espaço ofereceram para a discussão de temas substantivos da campanha”.

Ao longo de seus 50 anos, o Jornal Nacional cobriu diversos acontecimentos no Brasil e no exterior. Mesmo antes do início do mandato de Jair Bolsonaro como presidente da República, a TV Globo, o Jornal Nacional e os apresentadores do telejornal foram alvos de constantes ataques por parte de apoiadores e do chefe do Executivo. Os ataques também se estendem a outros veículos de imprensa e a jornalistas. Conforme levantamento da organização

não-governamental (ONG) Repórteres sem Fronteiras, o presidente e três de seus filhos, que também exercem cargos políticos, foram responsáveis por 469 ataques a jornalistas, somente em 2020.

O Jornal da Record surgiu na década de 70, quando a emissora decidiu enfatizar programas de entrevistas e jornalismo na programação. No momento, é exibido de segunda a sábado, com início às 19h45, e conta com 1h15min de duração.

Ao longo dos anos, o telejornal vem apresentando aspectos presentes no telejornal da TV Globo, que vão desde a semelhança de cenários, a presença de jornalistas que trabalharam na emissora concorrente, e mesmo a postura adotada na condução dos jornalísticos, como a implementação do ato em que o apresentador levanta da bancada e vai até o telão. Em análise realizada sobre o posicionamento discursivo do telejornal, Ferreira e Sampaio (2011) apontam que:

Observamos, a partir da análise do programa, que o JR oferece uma organização a sua sequência das notícias obedecendo à lógica proposta pelo Jornal Nacional (JN) da concorrente Rede Globo. Excetuando a promessa de sempre exibir as notícias cuja temática são os crimes e ação policial logo no início do programa, as outras matérias são veiculadas ao sabor da estrutura dos blocos do JN. Essa estratégia do JR ao mesmo tempo em que pode conseguir cativar alguns espectadores do JN, evidencia também o aspecto referencial do jornal de maior audiência do país e sua influência sobre outros telejornais, que buscam ocupar tal lugar privilegiado (FERREIRA; SAMPAIO, 2011, p. 172).

Nesse ponto, cabe realizar um breve resgate histórico sobre a relação entre a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e a Record TV. A emissora, que era propriedade de Silvio Santos e do grupo Machado de Carvalho, foi comprada pelo bispo Edir Macedo, fundador e líder da IURD, em 1989, por US\$ 45 milhões, segundo reportagem da Folha de S. Paulo, mas a transferência só foi concluída em 1994. Conforme Fonteles (2012), a igreja é responsável pela compra de horários televisivos da emissora durante a madrugada, de modo que nas outras 19 horas de programação destinava 11 horas ao jornalismo e, ao observarmos, podemos considerá-la como qualquer outra emissora.

Essa opção se coloca como estratégia eficiente, visto que a própria emissora passa a ser conhecida como canal de notícias, alavancando a audiência das demais programações e atraindo anunciantes de peso [...] essa nova estratégia, adotada desde 2004, assimila o reduto sincrético, religioso e popular no qual a IURD se originou, reconfigurando suas mensagens para essa nova classe C em ascensão (FONTELES, 2012, p. 68).

Antes da compra da Record TV, a IURD já dispunha de espaços em veículos de rádio, utilizados para expandir a presença da igreja (FONTELES, 2012). Com a aquisição do canal de TV, a igreja passava a contar com outro meio de comunicação para a divulgação de conteúdos de seu interesse. “Na fase inicial, o discurso religioso era fortemente presente e contrapunha-se à doutrina católica, primeiro inimigo a ser vencido. Tal ponto apresentava-se como um terreno a ser explorado pela IURD na busca de fiéis”. (FONTELES, 2012, p. 70). Em sua tese, Fonteles divide, de forma didática para o estudo, a organização da emissora em três períodos, sendo o primeiro de 1989 a 1995 - um período evangélico que tem início na aquisição da emissora até o ano do episódio em que um bispo chuta a imagem de uma santa em um programa exibido na madrugada. Os outros dois são: “b) de 1995 a 2004 - período de definição de reformulação e de intensa defesa da conquista; e c) de 2004 ao período atual - período midiático, secular e acentuadamente empresarial.” (FONTELES, 2012, p. 71).

Desde 2004, portanto, o jornalismo da Record TV passou por uma reformulação, emulando, no início, o padrão Globo de qualidade, mas desenvolvendo novas imagens com a utilização de programas para a classe C (FONTELES, 2012). Um desses exemplos foi a contratação do jornalista Celso de Freitas, em 2004, que passou a ser titular do Jornal da Record a partir de 2006, após ter apresentado o “Domingo Espetacular” e o “Repórter Record”. O apresentador trabalhou na Globo por 32 anos. A companheira de bancada de Freitas seria a jornalista Adriana Araújo, após permanecer por 11 anos na Globo. Outro investimento realizado para a área de jornalismo foi a contratação de um nome já conhecido do público, que havia passado 18 anos na Globo, a jornalista Ana Paula Padrão, em 2009. Em detrimento dos investimentos, a relação entre a influência da IURD e os respectivos interesses no jornalismo da Record TV permeia o imaginário popular. Para Fonteles (2012, p. 258):

[...] o *ethos* jornalista da Record está presente na emissora, mas os constrangimentos e influências da religião (Organização IURD), por estar numa grande central - sede da Rede em São Paulo, e também por estar no centro formador da opinião do país, não são percebidos de forma direta, embora permeiem a consciência de todos.

Essa relação pôde ser vista em episódio recente. Após o bispo e proprietário da emissora, Edir Macedo, declarar apoio ao então candidato à Presidência da República, Jair Bolsonaro, durante as eleições presidenciais de 2018, jornalistas do Grupo Record, composto pela emissora de televisão, rádio e o portal R7, denunciaram ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo estarem sofrendo pressão para beneficiarem o então candidato Jair

Bolsonaro (PSL), e prejudicar o adversário no segundo turno, Fernando Haddad (PT). Ainda durante o primeiro turno, o Jornal da Record exibiu, em 04 de outubro de 2018, uma entrevista exclusiva com Bolsonaro no mesmo horário em que ocorria, na TV Globo, o último debate antes do pleito. Por recomendação médica, o então candidato não participou do debate por ainda estar se recuperando de um atentado a faca que sofreu em setembro, ainda no período de campanha, na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais. A entrevista foi marcada pelo reforço das ideias já propagadas pelo então candidato, com amplo espaço de tempo, e pela ausência de perguntas incisivas (SETO, 2018).

Dentro do contexto político e social brasileiro dos últimos anos, a Record TV e o Jornal da Record tiveram grande ascensão em número de audiência, obtendo importante papel também no cenário político brasileiro, no qual a TV Globo estava como principal figura. Conforme Porto (2020):

Assistimos, em 2018, à consolidação de uma nova e heterogênea aliança política através da mobilização de diversos setores e que se estabelece com uma forte oposição às instituições que constituíram, após o período de redemocratização em 1985, o bloco histórico hegemônico. No campo da mídia, o bloco histórico tradicional esteve sustentado no poder comunicacional da Rede Globo de televisão. Todavia, a nova aliança política conservadora se sustenta principalmente no poder comunicacional da Record TV, estabelecendo no Brasil uma nova modalidade de paralelismo político e levando a mudanças importantes nos padrões de comunicação política (PORTO, 2020, p. 7).

A postura mais alinhada ao atual governo também apresenta reflexos diretos no Jornal da Record e no jornalismo da emissora. Em 2020, a então âncora do Jornal da Record, Adriana Araújo, saiu do comando do jornalístico após 14 anos. De acordo com veículos de comunicação que apuram os bastidores de emissoras de televisão, o motivo teria sido o fato de a jornalista ter tecido críticas ao presidente em seu perfil em uma rede social (NASCIMENTO, 2021). A ação culminou na não renovação do contrato de Adriana, que deixou a emissora após 15 anos (STYCER, 2020).

2. Enquadramentos no âmbito do jornalismo^{iv}

Ao falar de enquadramentos, Pozobon e Schaefer (2014) apontam que o sociólogo Erving Goffman utiliza os estudos de Bateson para aplicar o conceito de enquadramento nas

interações sociais e, no livro “Frame analysis: an essay on the organization of experience”, define os enquadramentos como quadros de referência, “estruturas cognitivas construídas socialmente que são acionadas pelos indivíduos para definir e dar sentido a eventos e situações sociais, organizando assim aquilo que veem e experimentam na sua vida cotidiana” (POZOBON e SCHAEFER, 2014, p. 158). Para Goffman (1986):

Eu suponho que as definições de uma situação são construídas de acordo com princípios de organização que governam eventos – ao menos os sociais - e nosso envolvimento subjetivo neles; *frame* é a palavra que eu uso para esses elementos como eu sou capaz de identificar. Essa é a minha definição de frame. Minha frase ‘frame analysis’ é um slogan para se referir a examinação nesses termos de organização da experiência (GOFFMAN, 1986, p. 10-11, tradução nossa).

Os princípios de organização, nesse sentido, contribuem para que o indivíduo possa estabelecer relações com o que presencia, de forma a compreender determinada situação. Outro olhar para o texto de Goffman é dado por Porto (2004), para quem o autor estabelece que o enquadramento funciona como princípios de organização que atuam nos eventos sociais e no envolvimento de cada pessoa neles.

Segundo o autor, tendemos a perceber os eventos e situações de acordo com enquadramentos que nos permitem responder à pergunta: “O que está ocorrendo aqui?”. Neste enfoque, enquadramentos são entendidos como marcos interpretativos mais gerais, construídos socialmente, que permitem às pessoas dar sentido aos eventos e às situações sociais (PORTO, 2004, p. 78).

Ainda, na linha de interpretação de Porto, o enquadramento atua para que o indivíduo possa compreender a realidade que o cerca, para que haja uma adaptação de acordo com o contexto presenciado. De acordo com Carvalho (2009), em reflexão sobre o conceito de enquadramento de Goffman: “interessa ao autor o problema de como os indivíduos se utilizam dos enquadramentos como estruturas cognitivas que são fundamentais para a sua percepção e trânsito pelas diversas realidades sociais com as quais tomam contato” (CARVALHO, 2009, p. 4). O autor lembra que para entender os significados de determinada situação, o indivíduo acionará “um repertório dado por sua inserção no mundo, recuperando, ou melhor dizendo, valendo-se de estruturas cognitivas” (CARVALHO, 2009, p. 4) que possam auxiliar no processo, de modo a selecionar um aspecto em particular de uma cena, que prevalecerá sobre outros. “Essas estruturas são definidas por Goffman como quadros primários” (CARVALHO, 2009, p. 4).

Mendonça e Simões (2012) assinalam que, para Goffman, as molduras não são definidas individualmente, mas têm construções e modificações sociais e contextuais. Pozobon e Schaefer analisam que a socióloga Gaye Tuchman incorporou o conceito aos estudos do jornalismo, de modo a promover uma ampliação na perspectiva de entendimento do papel da atividade jornalística, e também a função da notícia como elemento que contribui com a construção social da realidade. Ambos, referindo-se a Tuchman, apontam que, a partir do livro *Making News* (1978), “a autora sustenta que as notícias definem um enquadramento que orienta um entendimento específico do assunto retratado e, por consequência, constroem a realidade” (POZOBON; SCHAEFER, 2014, p. 159).

Com base em estudos e análises anteriores, Porto (2004) aponta uma classificação entre dois enquadramentos: noticiosos e interpretativos. O primeiro “são padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos” (2004, p.91). Já os enquadramentos interpretativos são operados em nível mais específico, possuindo independência relativa em relação aos jornalistas que realizam seus relatos.

Enquadramentos interpretativos são padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos, incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento etc. (PORTO, 2004, p. 92).

Tais interpretações, afirma o autor, são promovidas por atores sociais diversos, com a inclusão de representantes do governo, partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos e associações profissionais. Para Porto, os jornalistas contribuem com os respectivos enquadramentos interpretativos na produção das notícias, mas “este tipo de enquadramento tem origem geralmente em atores sociais e políticos externos à prática jornalística.” (PORTO, 2004, p. 92).

Nesse sentido, aponta Porto, os enquadramentos são entendidos como recursos para organização do discurso, por meio de práticas específicas como seleção, ênfase e exclusão. Esses procedimentos podem ser vistos quando analisadas as práticas jornalísticas, de seleção dos acontecimentos, baseadas em critérios de noticiabilidade, por exemplo, e, além disso, a ênfase em determinados fatores em uma notícia e a exclusão daquilo que não será publicado. Dessa forma, o jornalista transmite ao espectador um determinado ponto de um acontecimento, que, por sua vez, terá contato com aquilo que foi retratado pelo profissional.

Entman aponta que o frame define problemas - “determina o que um agente causador está fazendo, com quais custos e benefícios, usualmente medido em termos de valores culturais

comuns” (ENTMAN, 1993, p. 52, tradução nossa) -, diagnostica causas - “identifica as forças que criam o problema” (ENTMAN, 1993, p. 52 - tradução nossa) , faz julgamentos morais - “avalia agentes causais e seus efeitos” (ENTMAN, 1993, p. 52, tradução nossa) - e sugerem soluções - “oferece e justifica tratamentos para os problemas e prevê seus efeitos desejados” (ENTMAN, 1993, p. 52, tradução nossa) - Ainda segundo o autor, uma única sentença pode conter mais de uma dessas quatro funções, entretanto muitas sentenças em um texto, podem não conter nenhuma delas. “E um frame em um texto particular pode, não necessariamente, incluir todas as quatro funções” (ENTMAN, 1993, p. 52, tradução nossa). Gutmann cita que o autor apresenta elementos que podem ser observados com o objetivo de se identificar o enquadramento de uma reportagem, sendo palavras-chaves, metáforas, conceitos, símbolos e imagens enfatizadas na narrativa jornalística.

3. Jornalismo político e enquadramentos

A partir dos estudos e bases iniciais, o conceito de enquadramento vem sendo aplicado em estudos de áreas como o jornalismo político. Atuando diretamente para a construção do debate público e na realidade social, o jornalismo passa a ser ainda mais importante ao tratar sobre a política, tendo em vista o alcance proporcionado pelos veículos jornalísticos, cujos profissionais serão os definidores do que será ou não publicado.

No jornalismo político, principal meio de entrada dos atores do campo político na imprensa, isso se dá em parte pelos agentes que atingem posição de fala devido ao disputado poder político que detêm dentro do campo jornalístico (POZOBON; RODRIGUES, 2017, p. 151).

No jornalismo político, portanto, o enquadramento atua auxiliando o jornalista a compor o conteúdo que será publicado ou exibido posteriormente, tendo em vista a rotina prática desse profissional que convive com a pressão do tempo e de outros elementos já citados nesta monografia. Conforme Mendonça e Simões (2012), sobre a definição de enquadramento de Entman (1993):

Visto que os frames podem definir problemas, diagnosticar causas, fazer julgamentos morais e sugerir soluções, fica evidente sua dimensão política. Importante destacar, ainda, que Entman defende que tais enquadramentos perpassam todo o processo comunicativo: eles se situam nos interlocutores,

nos textos e na própria cultura. Assim, o poder de enquadrar algo não está em nenhuma dessas instâncias, mas na relação entre elas (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 193).

A utilização do conceito de enquadramento na relação entre a mídia e a política, consequentemente analisando o jornalismo político, é relativamente recente no Brasil. Conforme Porto (2004), o trabalho de Afonso de Albuquerque ao analisar a cobertura da eleição presidencial de 1994 pelo Jornal Nacional, entre os meses de março a maio do mesmo ano, foi pioneiro nesta área. Na ocasião, Albuquerque analisou o tempo dedicado a Fernando Henrique Cardoso e Lula, assim como os enquadramentos utilizados a partir das eleições presidenciais de 1998, houve uma expansão nos estudos que utilizam o conceito (PORTO, 2004).

Por vezes, no noticiário político, os embates entre diferentes atores são o assunto principal, seja por discordâncias restritas a opiniões políticas, a aspectos partidários, ou mesmo na acusação de cometimento de crimes, por exemplo. Mesmo que não haja conflito, é comum que determinado tema em pauta no Congresso Nacional seja abordado a partir do ponto de vista de parlamentares com distintas visões sobre o assunto, pertencentes a partidos com posições, orientações e pensamentos contrários.

Nesse sentido, é criada uma espécie de dualidade, de embate acerca de um determinado tema, de forma que o espectador, embora possa tomar conhecimento das diferentes abordagens, possa escolher um lado. É inerente à prática jornalística, no entanto, a ação de ouvir os envolvidos em determinado tema, de forma a tentar abranger vários pontos de vista e, com isso, chegar mais próximo ao que, de fato, possa ser o fato em si, o que para Rothberg (2007, p. 6), apontando a importância da presença do enquadramento temático em reportagens, “Não se trata apenas de ‘ouvir os vários lados’ de um assunto, conforme reza o senso comum dos jornalistas, mas sim de apurar a diversidade de perspectivas que importam para o fato em exame”. Portanto, para Motta e Guazina (2010):

O conflito funcionaria como um frame (enquadramento) cognitivo utilizado para organizar as atividades dos atores políticos, definir as situações e demarcar os acontecimentos. Uma categoria preexistente na cultura dos jornalistas, através da qual eles enquadram a realidade, particularmente a realidade política (MOTTA; GUAZINA, 2010, p. 4).

Na mesma linha, a utilização e escolha das fontes detêm um papel central na mensagem que será passada ao espectador por meio da reportagem, visto que a constante ênfase em determinados enquadramentos pode ser naturalizada.

[...] pode-se afirmar que o campo jornalístico atua politicamente quando coloca em evidência algumas das disputas do campo político frente outras. Na prática, a repetição faz a presença recorrente de algumas fontes tão natural quanto os enquadramentos que tomam forma dia após dia (POZOBON; RODRIGUES, 2017, p. 157).

A partir disso, é relevante analisar como o noticiário nacional vem enquadrando determinados assuntos, visto que esses enquadramentos poderão auxiliar na compreensão dos pontos de vista que prevalecem sobre determinado tema ou mesmo nortear e embasar pesquisas futuras acerca dos veículos ou dos telejornais brasileiros. “A importância desse conceito está diretamente relacionada à identificação das tendências dos meios noticiosos nacionais e à análise de comunicação com um enfoque que é específico do campo jornalístico” (LEAL, 2007, p. 12). Dentro dessa perspectiva, a análise proposta por este trabalho pretende, também, indicar as tendências presentes na cobertura analisada a partir de telejornais de emissoras distintas.

4. Olhares Analíticos

Para realização de um estudo comparativo dos enquadramentos nas notícias do Jornal da Record e do Jornal Nacional sobre a demissão de Sergio Moro do Ministério da Justiça e Segurança, tomamos o método observacional^v (GIL, 2008). Observamos as edições que foram ao ar nos dias 24 e 25 de abril de 2020.

Apesar de terem uma estrutura semelhante considerando o assunto das reportagens, os dois telejornais têm métodos diferentes para mostrar o acontecimento. Ambos contam com a apresentação dos pronunciamentos de Moro e Bolsonaro, com uma reportagem sobre o histórico de conflitos entre os dois atores, a repercussão entre políticos, juristas e diferentes organizações, a repercussão do mercado financeiro e em veículos internacionais e a informação sobre o pedido de abertura de inquérito para a apuração das acusações pedido pela PGR ao STF.

A cobertura desses pontos, no entanto, era esperada, considerando elementos jornalísticos como os critérios de noticiabilidade, valores-notícias, entre outros. No caso da demissão de Moro, entretanto, havia a existência de fatores inéditos como as acusações efetuadas contra o presidente da República, e o próprio ex-juiz.

Na abordagem do assunto, o JN promove um tom mais catastrófico sobre o caso, indicando a gravidade da demissão e das acusações efetuadas pelo ex-ministro, também por

meio da extensa quantidade de fontes ouvidas. Esta dimensão pode ser observada ao longo da edição, na utilização de palavras e no espaço destinado às repercussões do caso, composta por críticas majoritárias à possível interferência política de Bolsonaro na PF e destacando o histórico de Moro como juiz na Operação Lava-Jato e a frente da pasta de Justiça e Segurança Pública. A reportagem sobre este último tema, por exemplo, teve duração de 10 minutos.

Na Record TV, no entanto, a forma com que os fatos são transmitidos e enquadrados não reportam um tom de urgência. O foco observado seria a busca de neutralidade, como se a demissão e as acusações promovessem consequências, e críticas, mas não tão enfáticas. Em parte, isto ocorre devido ao tempo destinado às repercussões do caso, tanto entre importantes atores quanto no mercado. Apesar da utilização do termo “impacto político incalculável da demissão do ministro mais popular do governo”, a sequência demonstra o tom de continuidade, quando o repórter prossegue com “o governo decidiu reagir”, dito ao final da reportagem sobre o pronunciamento de Moro. O tempo destinado aos possíveis nomes que poderiam ocupar a pasta também seguem esse mesmo tom. O prosseguimento do governo, inclusive, é citado pelo próprio presidente na parte final de seu pronunciamento, em trecho exibido quase na íntegra pelo telejornal em que Bolsonaro afirma:

Não posso aceitar minha autoridade confrontada por qualquer ministro. Assim como respeito a todos, espero o mesmo comportamento. Confiança é uma via de mão dupla. Continuarei fiel a todos os brasileiros. Seguirei no combate à corrupção, às organizações criminosas e no trabalho para a redução da criminalidade. O governo continua. O governo não pode perder sua autoridade por questões pessoais, de alguém que se antecipa a projetos outros. Travo o bom combate. A minha preocupação é entregar o Brasil para quem vier a me suceder no futuro, bem melhor do que recebi, em janeiro passado. Confio nos meus ministros, nos servidores públicos, que têm nos ajudado a vencer esses obstáculos.

O Brasil é maior do que qualquer um de nós. Esse é o nosso compromisso. Esse é o nosso dever, de servir a pátria. A pátria vai ter, de cada um de nós, o seu empenho, o seu sacrifício e, se possível, se for necessário, o seu sangue, para defender a democracia e a liberdade. Meu muito obrigado a todos os senhores.

O conteúdo também se mostra divergente. O jornal da TV Globo promove um passo além, e responde algumas das questões levantadas pelos envolvidos que, ora acusam, ora negam. Um desses casos é no questionamento e divulgação das mensagens enviadas pelo ex-juiz, após o JN pedir provas a Moro sobre as acusações que ele efetuou. A motivação do telejornal seria o fato de o presidente ter apontado que as acusações eram infundadas. O

telejornal, no entanto, não informa se consultou o presidente sobre o conteúdo das mensagens mas, no dia seguinte, aponta que Bolsonaro não as contestou, indicando um possível aspecto calculista e estratégico na decisão de demitir Maurício Valeixo.

O jornalismo, por essência, deve fornecer as bases para que o leitor forme a opinião, mas também têm que investigar os fatos de modo a comprovar a veracidade. Caso contrário, seria um mero divulgador de informações, sem que houvesse um filtro diante de elementos que faltam com a verdade. Em um ambiente cada vez mais conectado à internet e inserido em uma sociedade com presença mais maciça dos registros de cada ação, uma apuração baseada em imagens, vídeos, documentos e outros meios pode auxiliar a busca por uma precisão de um fato. Isso torna-se essencial quando, pelo excesso de informação, o ambiente se torna propício à divulgação de inverdades e distorções, realizadas por diversas razões, como pura má fé, ou mesmo o interesse de determinado envolvido.

Por outro lado, o JR nessa cobertura têm um perfil de não expandir o fato, concentrando na exposição do que foi selecionado para ser exibido e no que foi excluído de ir ao ar, sem esclarecer alguns aspectos, enquanto o Jornal Nacional promove uma interpretação desde o início do telejornal, quando mostra a fala de Bolsonaro afirmando que concederia ‘carta branca’ ao então futuro ministro e, em seguida, apresenta as acusações de Moro, de que o presidente havia tentado interferir na Polícia Federal além da demissão do diretor-geral da corporação, contra a vontade de Valeixo e Moro. Mesmo quando promove um resgate histórico sobre a relação de Moro e Bolsonaro durante o governo, o Jornal da Record não se aprofunda, deixando vaga as constatações apresentadas sem apresentar um maior contexto, o que não esclarece e pode indicar, pela repetição de palavras indicando contrariedade do ex-juiz sobre decisões do presidente, que Moro não tinha argumentos para se opor.

Retomando a visão dos autores, os enquadramentos, portanto, consistem na seleção do que será noticiado e a saliência de aspectos, conforme Entman (1993). Na visão de Porto (2004), há uma divisão entre os enquadramentos noticiosos e interpretativos, com o primeiro consistindo no “ângulo” como as notícias foram veiculadas, nas palavras do autor, que menciona, ainda, padrões na apresentação, seleção e ênfase das notícias, utilizados como forma de organizar o que será passado ao público.

Uma característica importante dos enquadramentos noticiosos é o fato de que eles são resultado de escolhas feitas por jornalistas quanto ao formato das matérias, escolhas estas que têm como consequência a ênfase seletiva em determinados aspectos de uma realidade percebida (PORTO, 2004, p. 92)

Fato é que o conjunto dessas escolhas e a apresentação desse conteúdo, considerando uma amostra de reportagens, pode fornecer indícios do enquadramento predominante em uma cobertura, a partir do balanço entre o que foi selecionado, excluído e enfatizado por um veículo, como apontado por Rothberg (2007). Neste estudo, as coberturas do Jornal Nacional e do Jornal da Record contaram, predominantemente, com o enquadramento estratégico e conflitivo, limitando o espectador a tomar conhecimento de forma mais completa sobre o assunto, como em uma abordagem com o enquadramento temático.

Um dos atributos que justificam tal classificação é a insistente repetição de aspectos visuais ou palavras, que podem contribuir nessa identificação (GUTMANN, 2006). Tal persistência pode ser vista na questão da quebra da promessa de carta branca, no caso do JN, e na insatisfação de Moro com o governo, no caso do JR, que são apresentados com frequência ao espectador.

Considera-se, também, o estudo de Motta e Guazina (2010), que apontam conflito como categoria estruturante da narrativa política. De fato, ambos os noticiários apresentam aspectos conflitivos em determinadas medidas. Deve-se levar em consideração, no entanto, que os próprios acontecimentos já continham esse potencial, tendo em vista o teor de acusações entre os envolvidos. Entretanto, uma pergunta simples sobre uma figura central no acontecimento não é respondida, referente a quem seria Maurício Valeixo. Outro ponto que é excluído refere-se à atuação do então diretor-geral no cargo, que poderia ampliar as possibilidades de entendimento sobre o caso, contribuindo para justificar a demissão ou a permanência no cargo. Deve ser considerado, também, o abordado por Cook (2011, p. 207), para quem a exposição de que um ator recebeu cobertura mais favorável que outro “não significa que a organização noticiosa é tendenciosa – implícita ou explicitamente – a favor ou contra um ou outro”, sendo necessária a distinção entre diferentes vieses, como político, situacional e estrutural, segundo argumento do cientista político Richard Hofstetter (COOK, 2011). Para isso, portanto, seriam necessários outros estudos.

5. Considerações finais

A prática jornalística, como já mencionado, é permeada por diferentes fatores que influenciam direta ou indiretamente no resultado final, neste caso, a reportagem que será publicada ou exibida a população. Entre esses aspectos está o enquadramento, cujo atuação

pode não ser percebida pelo profissional, sendo inerente à prática. O jornalista, afinal, tem como dever mostrar os fatos com precisão, mas não conseguiria abranger tudo o que permeiam determinado acontecimento. A seleção e exclusão, portanto, é um dos artifícios utilizados para tentar abarcar de forma mais fiel possível um fato, para que o espectador ou leitor tenha a confiança de que o conteúdo descrito no material tem como compromisso ser o mais fidedigno. Para que isso seja efetivo, no entanto, é preciso considerar alguns elementos, como a diversidade de fontes e pontos relevantes assim como a contextualização dos fatos e daqueles envolvidos. Sem parte destes elementos, o conteúdo final pode passar a ser incompleto e, neste caso, pode fornecer diferentes pontos de vista ou conclusões sobre uma informação.

Neste sentido, a cobertura de diferentes telejornais sobre um mesmo assunto pode apresentar divergências, afinal, os veículos de comunicação possuem linhas editoriais diferentes e o trabalho exercido pelo profissional jornalista e a cadeia presente até que a reportagem seja veiculada também diferem. Isso explica, em parte, a análise realizada por meio deste artigo, que encontrou subsídios fundamentais no conceito de enquadramento para entender o modo como a demissão de Sergio Moro foi exibida no Jornal Nacional, da TV Globo, e no Jornal da Record.

Ambos os jornalísticos focam em um determinado aspecto. O Jornal Nacional promove ênfase no fato de que o presidente havia prometido carta branca ao ex-ministro enquanto este estivesse no cargo, o que, ao longo das reportagens, foi sendo refutado. O Jornal da Record, por sua vez, focou na insatisfação de Moro como possível justificativa para o pedido de demissão. Em comum, no entanto, está o conflito na relação entre os envolvidos.

Com isso, é possível afirmar que os telejornais apresentaram o fato, a demissão de Sergio Moro do Ministério da Justiça e Segurança Pública e as acusações do ex-ministro de interferência do presidente na Polícia Federal, de modo distinto. O telespectador que assistiu somente um dos programas, portanto, pode ter conclusões diferentes, o que pode promover ruído nos desdobramentos do fato perante a opinião pública. Isto reforça a importância de que haja o acesso a diferentes fontes de informação e veículos, para que se tenha acesso a diferentes informações, que podem ser complementares e formarem uma composição completa sobre determinado assunto.

REFERÊNCIAS:

CARVALHO, Carlos Alberto de. Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico. **Contemporânea**, Salvador, v. 7, n. 2, dez. 2009. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3701> Acesso em: 14 jun. 2020.

COOK, Timothy E. O jornalismo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 6, p. 203-247, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1884> Acesso em: 03 mar. 2021.

ENTMAN, R. M. Framing: Toward clarification of fractured paradigm. **Journal of communication**, 43(4), p. 51-58, 1993. Disponível em https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=en&user=5bPxbl0AAAAJ&citation_for_view=5bPxbl0AAAAJ:2osOgNQ5qMEC Acesso em: 01 mar. 2023.

FERNANDES, Carla Montuori; LEME, Fernando Albino. A construção discursiva do Jornal Nacional nas manifestações sociais de 1984, 2013 e 2017. **Revista Alceu**, v.20, n. 38, p. 175-197, 2019. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/index.php/alceu/article/view/22> Acesso em: 05 mar. 2021.

FERNANDES, Carla Montuori. Rede Globo de Televisão: hegemonia e poder na trajetória do telejornalismo brasileiro. **Punto Cero**, Cochabamba, v. 18, n. 27, p.31-38, 2013. Disponível em: http://www.scielo.org/bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1815-02762013000200004&lng=es&nrm=iso Acesso em 05 mar. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis: An essay on the organization of experience**. Reimpressão. Boston: Northeastern University Press, 1986, 586 p.

GUTMANN, Juliana Freire. Quadros narrativos pautados pela mídia: framing como segundo nível do agenda-setting? **Contemporânea**, v. 4, n. 1, 2006. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/contemporanea.v4i1.3481>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3481> Acesso em: 25 jun. 2020.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, p. 187-201, jun. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000200012>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269092012000200012&lng=en&nrm=iso Acesso em: 27 jun. 2020.

MEMÓRIA GLOBO. **Jornal Nacional**. c2021a. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/> Acesso em 25 jan. 2021.

MEMÓRIA GLOBO. **Diretas Já**. c2021b. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/erros/diretas-ja/> Acesso em: 25 jan. 2021.

MEMÓRIA GLOBO. **Debate Collor x Lula**. c2021c. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/erros/debate-collor-x-lula/> Acesso em: 25 jan. 2021

MOTTA, Luiz G.; GUAZINA, Liziane. O conflito como categoria estruturante da narrativa política: o caso do Jornal Nacional. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, DF, v. 6, n. 1, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/12226> Acesso em: 5 jun. 2020.

PICCININ, Fabiana. **Notícias na TV Global**: diferenças (ou não) entre o telejornalismo americano e o europeu. BOCC. Biblioteca on-line de ciências da comunicação, 2004. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/esp/autor.php?codautor=807> Acesso em: 03 mar. 2021.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas (Org.). **Comunicação e Política**: conceitos e abordagens. Salvador: EdUFBA, 2004. p. 73-104. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ufba/134> Acesso em: 4 mar. 2020.

POZOBON, Rejane de Oliveira; SCHAEFER, Ricardo. Perspectivas contemporâneas das pesquisas sobre enquadramento: uma proposta de sistematização conceitual. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 16, n. 3, p. 157-168, set./dez. 2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/228893844.pdf> Acesso em 29 de maio 2020.

ROTHBERG, Danilo. Enquadramento e metodologia de crítica de mídia. In: **Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, 5, Aracaju, 2007. Disponível em: http://sbpjour.org.br/admjor/arquivos/coordenada_5_danilo_rothberg.pdf Acesso em: 16 mar. 2021.

ⁱ Graduado do curso de Jornalismo na Universidade Federal de Pelotas. E-mail: batista.daniel10@gmail.com

ⁱⁱ Orientadora do trabalho. Professora do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Pelotas. Doutora em Comunicação pela PUC RS. E-mail: mmnegrini@yahoo.com.br

ⁱⁱⁱ Pontos sobre o Jornal da Record presentes neste tópico foram apresentados em outro artigo enviado, com outra objetivação, pelos autores para apreciação para publicação em outro periódico científico.

^{iv} Pontos presentes neste tópico foram apresentados em outro artigo enviado, com outra objetivação, pelos autores para apreciação para publicação em outro periódico científico. Este artigo é um recorte de uma pesquisa maior, focada na observação dos enquadramentos do Jornal Nacional e do Jornal Nacional em relação à saída de Sérgio Moro do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

^v Para Gil (2008, p. 16): “O método observacional é um dos mais utilizados nas ciências sociais e apresenta alguns aspectos curiosos. Por outro lado, pode ser considerado como o mais primitivo, e conseqüentemente o mais impreciso. Mas, por outro lado, pode ser tido como um dos mais modernos, visto ser o que possibilita o mais elevado grau de precisão nas ciências sociais. Tanto é que em Psicologia os procedimentos de observação são frequentemente estudados como próximos aos procedimentos experimentais. Nestes casos, o método observacional difere do experimental em apenas um aspecto: nos experimentos o cientista toma providências para que alguma coisa ocorra, a fim de observar o que se segue, ao passo que no estudo por observação apenas observa algo que acontece ou já aconteceu”.